

# A creditização do território e o circuito inferior da economia urbana na Região Metropolitana de Campinas

*Flávia Cristine da Silva*

✉ flaviacristinedasilva@gmail.com

## Resumo

Este artigo visa analisar as formas recentes de acesso ao crédito disponíveis no chamado circuito inferior da economia urbana, com especial ênfase ao funcionamento deste circuito na Região Metropolitana de Campinas (RMC). A partir de uma análise que busque destacar tanto as características mais gerais de nosso período histórico, assim como a lógica de funcionamento desta situação geográfica concreta em Campinas, foi possível construir um esquema interpretativo que nos ajuda a entender as formas mais populares de organização da economia urbana comuns às maiores cidades do território. Procuramos analisar principalmente a difusão de novas formas de acesso ao crédito na Região Metropolitana de Campinas (RMC), com destaque para a maior ocorrência do crédito bancário e não bancário e para o uso dos cartões de crédito, assim como do cheque.

\* \* \*

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria dos circuitos da economia urbana, circuito inferior da economia urbana, financeirização, crédito, Região Metropolitana de Campinas.

## Introdução

O presente artigo está dividido em duas partes: a primeira visa a analisar os aspectos gerais da financeirização e do acesso ao crédito do circuito inferior da economia urbana em Campinas (SP); e a segunda parte apresenta os canais de financiamento e as instituições de crédito existentes na Região Metropolitana de Campinas (RMC).

Primeiramente, cabe-nos destacar que a teoria dos “circuitos da economia urbana” foi elaborada originalmente pelo geógrafo Milton Santos (2008 [1979]) e vem ganhando novas formas de uso, sobretudo com os estudos de María Laura Silveira (2004; 2007a; 2007b; 2008; 2009; 2011a; 2011b). Destacam-se ainda os trabalhos de Montenegro (2006; 2011), ao caracterizar o circuito inferior da economia nas cidades de São Paulo, Fortaleza e Belém, e também de Grimm (2012), que analisou quais leituras foram de central importância para Milton Santos na formulação dessa teoria. Esta analisa o funcionamento da economia urbana a partir de três grandes conjuntos de atividades: existiria um circuito “superior”, um “superior marginal” e um “inferior”, todos distinguidos principalmente pelo grau de tecnificação, organização e capital que utilizam (SANTOS, 2008 [1979]). O circuito inferior caracteriza-se principalmente pelo baixo grau de organização de suas atividades, das condições de uso dos equipamentos técnicos utilizados pelos agentes e pelo baixo investimento de capital (SANTOS, 2008 [1979]; SILVEIRA, 2007a; 2008; 2009; MONTENEGRO, 2006).

Listamos os principais autores que estudaram o que atualmente podemos chamar de um “capitalismo com dominância financeira” (CHESNAIS, 1998). Em termos mais recuados no tempo, podemos lembrar os escritos seminais de Braudel (2005), que resgata a história do dinheiro e do crédito entre os séculos XV e XVIII. Para o caso da análise que apresentamos, pareceu-nos bastante operacional retomar ainda parte das propostas teóricas desenvolvidas por Santos (1996), Silveira (2004; 2007a) e Contel (2007), que estudaram o processo de financeirização do território brasileiro a partir da difusão de técnicas, normas e topologias bancárias. Por fim, vale lembrar ainda que Silveira (2004; 2007b; 2008; 2009) e Montenegro (2007; 2011) também realizaram estudos mais recentemente que desvendam a relação das finanças, do consumo e dos circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo.

Nos seus aspectos mais gerais, “a financeirização é um fenômeno macroeconômico caracterizado pela apropriação dos ativos da economia pelo mercado financeiro, o que traz uma grande influência desse setor no desenvolver da política econômica” (LIRA, 2008, p. 1). Dentre as diversas formas de financeirização do mundo contemporâneo, há autores que vêm chamando a

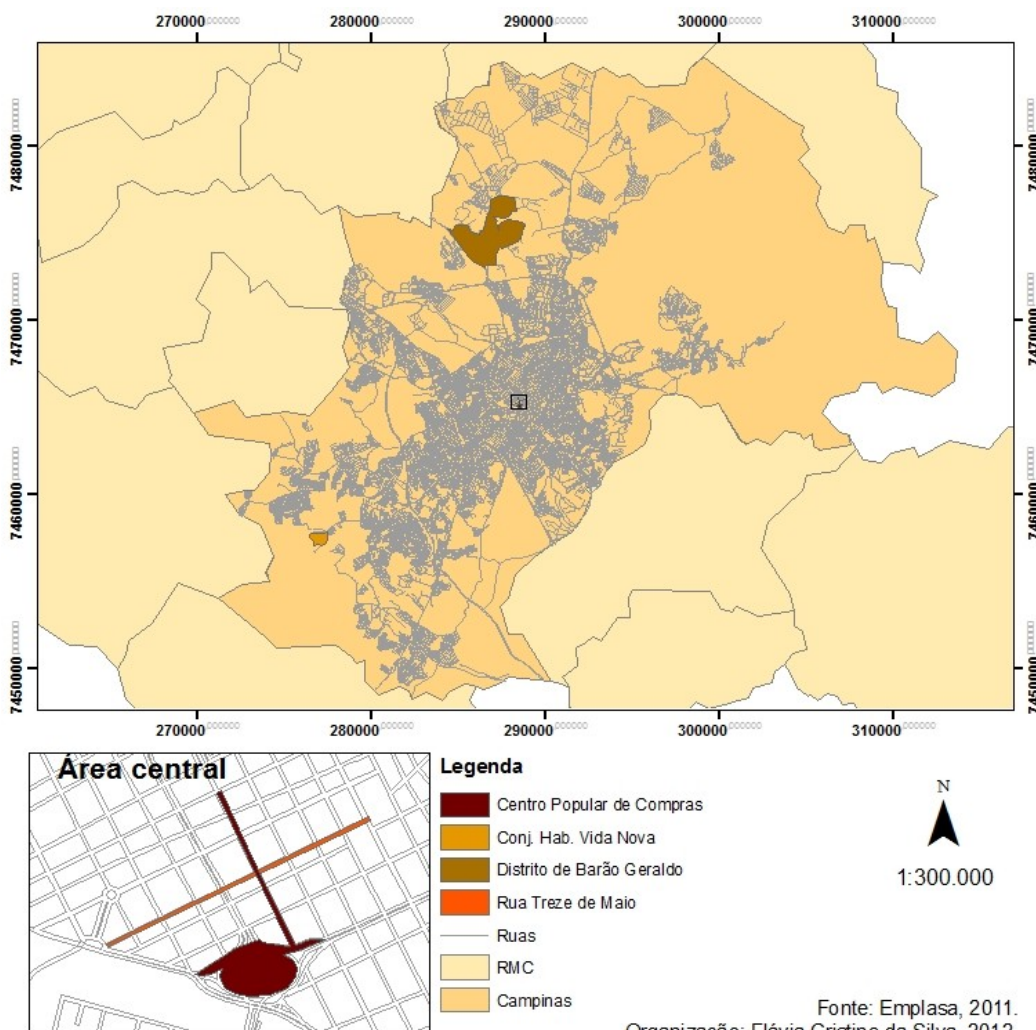
atenção para a forma “territorial” dessa financeirização, priorizando estudar as formas de crédito oferecidas, fenômeno ao qual se pode dar o nome de “creditização do território” (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Jacob (2003) investigou os problemas do crédito bancário no Brasil, analisando o comportamento dos bancos quanto à concessão de crédito ao setor não financeiro. Adriana Amado (2006), por seu turno, estudou os impactos da reestruturação bancária ocorrida no país a partir de 1990.

Com relação à Região Metropolitana de Campinas (RMC), Cano e Brandão (2002) analisaram urbanização, economia, finanças e meio ambiente da Região. Antonio da Costa Santos (2002) discorreu sobre Campinas e sua região, realizando um resgate histórico com vistas a pensar o futuro desse complexo geográfico. Silva Neto (2008) e Queiroga (2008) analisaram a região destacando o processo de metropolização desigual gerado pelo circuito superior na região e na megalópole do Sudeste brasileiro.

Na pesquisa original que deu origem a este artigo, procuramos analisar principalmente a difusão de novas *formas de acesso ao crédito* na Região Metropolitana de Campinas (RMC), com foco especial ao município de Campinas, por polarizar essa região. Para alcançarmos esse resultado, propusemos como universo de análise quatro áreas distintas do município, divididas em situações geográficas residenciais e centrais, como proposto na teoria original dos “dois circuitos da economia urbana” (SANTOS, 2008 [1979]). Portanto, como situações geográficas residenciais, identificamos o Conjunto Habitacional Vida Nova (localizado em área periférica, na zona sudoeste do município) e o distrito de Barão Geraldo (na zona norte, onde se instalaram também a Universidade Estadual de Campinas – Unicamp – e algumas das principais empresas de alta tecnologia do estado de São Paulo). Já as situações geográficas centrais selecionadas foram o Centro Popular de Compras (localizado na área de maior circulação de transeuntes da cidade) e o calçadão de compras, na Rua Treze de Maio (uma das principais vias destinadas ao comércio em geral, localizada, também, no centro da cidade) (Mapa 1).

Mapa 1. Campinas: áreas de estudo (2012).



Boletim Campineiro de Geografia, v. 5, n. 1, 2015.

### Aspectos gerais da financeirização e o acesso ao crédito do circuito inferior da economia urbana em Campinas

Uma primeira constatação que a pesquisa revelou (principalmente com a realização dos trabalhos de campo) é que os agentes do circuito inferior da economia urbana são impelidos a aumentar seu capital de giro por meio do acesso ao crédito, sobretudo porque muitos deles trabalham como “pessoa física” (do ponto de vista jurídico). Geralmente, os agentes do circuito inferior não realizam reinvestimentos em suas atividades por falta de capital, porque utilizam o dinheiro captado na atividade com vistas à ampliação do consumo familiar (principalmente).

Esta constatação se coaduna com o fato historicamente comprovado de que as populações urbanas mais pobres pouco tiveram acesso às formas modernas de comercialização que permitissem maior liquidez, ou mesmo acesso ao crédito

formal. Os agentes do circuito inferior sempre foram clientela cativa e dependente de emprestadores não bancários que cobram juros extorsivos (os agiotas<sup>1</sup>), devido, frequentemente, à burocratização do crédito bancário, pois esses emprestadores não bancários forneciam crédito pessoal caro, fácil e direto. Hoje as instituições financeiras reconhecem a necessidade de desburocratizar o acesso ao crédito para atingir tal população, substituindo o agiota na maior parte das operações. Entretanto, com essa desburocratização, há aumento dos custos de empréstimos, podendo os juros oscilarem entre 5% e 13% ao mês, pois além dos juros, as empresas criaram taxas de contrato, de seguro, de adesão etc. (SILVEIRA, 2009; MONTENEGRO, 2011). Para aprofundarmos essa discussão é necessário abordar a necessidade de expansão do crédito para ampliação dos mercados no capitalismo financeiro.

Desde início do século XX, o então denominado “antigo capitalismo”, que fundamentava-se na livre concorrência e na exportação de mercadorias, deu lugar ao imperialismo: monopólios fundamentados na exportação de capitais. A tendência monopolística dá-se pelos benefícios de que uma “empresa integrada” pode usufruir, como: a eliminação de diferenças de conjuntura e a possibilidade de uma taxa de juros mais estável; eliminação de intermediários; possibilidade de aperfeiçoamentos técnicos e consequente obtenção de lucros suplementares (quando comparados a empresas simples); essa concentração da produção, ao atingir certo grau de desenvolvimento, conduz ao monopólio, muitas vezes apoiado e até dirigido por bancos (LÊNIN, 1979).

A superioridade dos grupos monopolísticos se dá por vários fatores; entre eles se destacam os notáveis equipamentos técnicos com engenheiros próprios, melhores vias e meios de comunicação; chega-se ao ponto de fazer inventários com todas as fontes de matérias-primas do mundo e apoderamento por esses grupos. No entanto, para termos uma noção mais completa do poderio e do papel dos monopólios, devemos levar em conta a função dos bancos.

A função inicial dos bancos é a de intermediar os pagamentos, “transformar o capital-dinheiro inativo em ativo” (LÊNIN, 1979 [1917], p. 30), criando lucros, reunindo rendimentos em espécie e colocando-os à disposição dos capitalistas. Na medida em que os bancos se integram, vão se tornando monopólios “todo-poderosos”, dispondo de grande parte do capital-dinheiro de capitalistas e

---

1 Agiota é aquele que empresta dinheiro fora do mercado de crédito formal, com juros usurários, ou seja, aqueles praticados acima dos patamares legais. Isso porque os agiotas possuem múltiplas formas contratuais para encobrir um empréstimo com juros ilícitos, na maior parte das vezes, em condições extremamente vantajosas para eles (POPP; VIANNA, 2009).

pequenos empresários<sup>2</sup>, detendo a maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas. Por essas razões, os bancos têm se tornado estabelecimentos de caráter universal.

As estruturas bancárias têm a atribuição de condensadoras e gestoras da relação débito-crédito, a partir da condição essencial ao funcionamento do mercado de empréstimos: “capital-dinheiro livre à valorização e disposição ao endividamento por parte dos tomadores potenciais desse capital”. Assim sendo, a função dos banqueiros é administrar o “capital-dinheiro produtor de juros”, o que, no processo atual, legitima o “sistema de crédito como força motriz da concentração e centralização do capital” (TEIXEIRA, 2000, p. 21-22).

Portanto, faz-se necessário analisar os novos mecanismos de que dispõem os agentes financeiros para a difusão/concessão de créditos. As instituições financeiras têm realizado ações para a ampliação da população bancarizada, por meio do uso de sistemas de objetos informacionais (principalmente). Com os dados levantados no trabalho de campo<sup>3</sup>, podemos observar que 88% dos agentes do circuito inferior entrevistados em Campinas utilizam serviços bancários (em sua maioria utilizam, no mínimo, os serviços referentes à conta-corrente). Destes, 28% utilizam serviços de mais de um banco, e apenas 12% não utilizam serviços bancários. Dos agentes que utilizam serviços bancários, 80% passaram a fazê-lo após o ano de 1995 (após a implementação do Plano Real e com o aumento da concentração bancária no país), fato que parece endossar a tese da “hipercapilaridade” do acesso ao crédito no território brasileiro (CONTEL, 2007).

Esta *hipercapilaridade* seria uma característica da topologia atual do

- 
- 2 Através das várias operações bancárias os monopolistas, os financeiros podem conhecer a situação dos capitalistas e em seguida controlá-los, facilitando ou não o crédito, determinando sua sorte ou o rendimento de suas empresas, privando-lhes de capitais ou permitindo-lhes aumentá-los rapidamente. Desse modo, é cada vez mais crescente a união dos bancos às grandes empresas industriais e comerciais, pela compra de ações, entrada dos diretores dos bancos nos conselhos fiscais (ou administrativos) ou mesmo de industriais nos conselhos dos bancos (LÊNIN, 1979 [1917], p. 41).
  - 3 O trabalho de campo com realização de entrevistas foi uma etapa da pesquisa de enorme importância, devido à possibilidade de contato com a realidade concreta que é vivida pelos agentes do circuito inferior da economia urbana. Aplicamos 85 questionários nas quatro áreas selecionadas, com duração de 15 a 20 minutos, em média. Como o objetivo era também o de coletar dados qualitativos, na aplicação dos questionários tivemos ainda a oportunidade de dialogar com os agentes abordados. Cabe destacar que foram realizadas também 25 entrevistas no distrito de Barão Geraldo, no Conjunto Habitacional Vida Nova e no Centro Popular de Compras, e 10 entrevistas na Rua 13 de Maio. Este número menor de entrevistas conseguidas na Rua 13 de Maio se deu principalmente pela “resistência” à entrevista por parte dos agentes, devido ao grande fluxo de consumidores nessa área da cidade, e também pela ausência do proprietário ou responsável que pudesse dar as informações necessárias a esta pesquisa.

sistema técnico bancário que alcançou recentemente todos os municípios do território [brasileiro]. Mas ela tornou-se possível também pelo surgimento de novos sistemas técnicos — fixos e portáteis — que alcançaram, de maneira ao mesmo tempo banalizada e seletiva, pontos do território antes “isolados” das redes financeiras. Estes novos sistemas técnicos são os “canais eletrônicos” financeiros, e com eles é aumentado o *potencial invasor* da racionalidade financeira nos diversos conteúdos do território brasileiro (CONTEL, 2007, p. 253 – grifo do autor).

Quando questionados sobre os canais bancários utilizados, dentre os agentes entrevistados 33% utilizam agências bancárias, 22% usam os correspondentes bancários, 33% os caixas eletrônicos e 12 % o *internet banking*.

Referindo-se aos serviços bancários, 23% dos entrevistados possuem conta-corrente e 13% conta poupança; há o predomínio da utilização do cartão de débito (28%), seguido pelo cheque (14%, com maior intensidade no distrito de Barão Geraldo), do cartão de crédito (12%, com maior intensidade no Conjunto Habitacional Vida Nova), e por último o limite do cheque especial (4%). Deve-se destacar o predomínio dos bancos Itaú e Bradesco como principais fornecedores desses serviços. Em suma, pode-se dizer que os agentes que responderam a nossas entrevistas passaram a utilizar tais serviços devido às exigências da atividade econômica, demonstrando ainda a força que as finanças possuem no capitalismo contemporâneo: “nas condições atuais, as lógicas do dinheiro impõem-se àquelas da vida socioeconômica e política, forçando mimetismos, adaptações, rendições” das empresas mobilizadas em função da sobrevivência e da expansão de cada firma em particular (SANTOS, 2006, p. 100).

Dentre as operações de crédito acessadas por essa parcela da sociedade, há o predomínio do denominado “financiamento varejista”<sup>4</sup>, que consiste em oferecer empréstimo pessoal aos agentes econômicos. O intuito é ampliar o mercado de crédito, tendo como público-alvo a grande massa trabalhadora, na maioria das vezes impossibilitada de ter uma poupança para suprir imprevistos financeiros, estando propensa a ter de recorrer a “terceiros”, tais como familiares, instituições financeiras e até agiotas (além da dificuldade de realizar compras à vista, sendo necessário realizá-las a prazo).

A possibilidade de empréstimos é facilitada aos aposentados, pensionistas do INSS, militares das forças armadas e servidores públicos (civis federais, estaduais e municipais), dada a possibilidade destes agentes econômicos realizarem o chamado

---

4 Queiroz (2007) trabalha com o termo “financiamento no varejo”, que consiste no oferecimento de empréstimo pessoal. Silveira (2009), ao estudar as finanças em São Paulo, afirma que os financiamentos podem se dar via instituições financeiras bancárias ou instituições não-bancárias.

“crédito consignado”. Para sua realização, algumas instituições exigem, além de fotocópias de RG, CPF e comprovante de residência, um talão de cheques, para confirmar a existência de conta-corrente em banco; outras exigem extrato bancário. Cabe ressaltar que tais instituições se utilizam da propaganda de “não realizar consulta ao SPC/Serasa<sup>5</sup>”, sobretudo para permitir a realização de empréstimos por parte dos clientes que se utilizam das novas operações para o pagamento de dívidas anteriores.

Como resultado dessa maior facilidade de acesso ao crédito, o Banco Central do Brasil (2014), ao analisar operações de crédito para pessoa física entre os anos de 2011 e 2013, constatou um significativo aumento no volume de crédito, principalmente no âmbito do “crédito pessoal consignado”, seguido das modalidades de crédito para aquisição de veículos, cartão de crédito e cheque especial (Tabela 1).

**Tabela 1. Crédito a pessoas físicas – saldos.**

R\$ bilhões					
Discriminação	2011	2012	2013	Variação (%)	
				2012	2013
Crédito pessoal	238,9	279,1	319,6	16,8	14,5
Do qual: consignado	159,3	188,9	221,9	18,6	17,5
Aquisição de veículos	177,7	193,2	192,8	8,7	-0,2
Cartão de crédito	114,0	126,6	144,6	11,1	14,2
Cheque especial	17,6	18,3	20,2	4,0	10,4
Demais	80,2	75,4	68	-6,0	-9,8

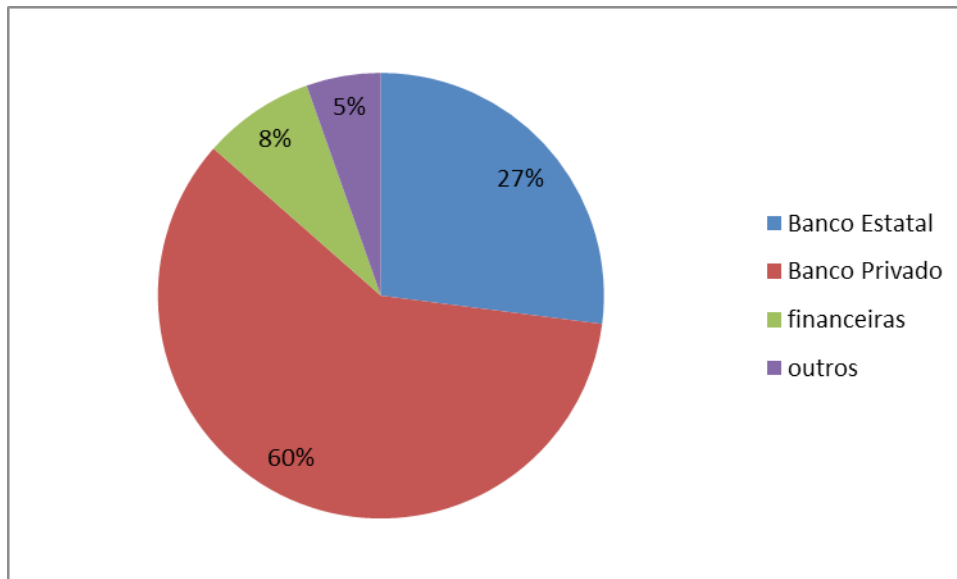
Fonte: BCB (2014).

A partir desse quadro geral, podemos nos perguntar: como se dá o acesso ao crédito para os agentes do circuito inferior na RMC? De acordo com os dados coletados no trabalho de campo, 53% dos agentes entrevistados já efetuaram alguma operação de crédito, sendo que deste total, 50% em instituições privadas; 27% dos empréstimos se deram em instituições públicas (com destaque ao Banco do Brasil); 8% realizaram empréstimo em financeiras (principalmente a Losango) e 5% outros canais de financiamento (Gráfico 1).

5 O SPC/Serasa é um sistema de informações das Câmaras de Dirigentes Lojistas – CDL, constituindo-se num banco de dados com informações creditícias sobre pessoas físicas e pessoas jurídicas, auxiliando na tomada de decisões para concessão de crédito pelas empresas em todo o país (para mais informações, consultar: <https://www.spcbrasil.org.br/institucional/spc-brasil>).



**Gráfico 1. Campinas: Instituições utilizadas de acesso a crédito pelos agentes entrevistados (2012)**



Fonte: Silva (2012).

### Os canais de financiamento e as instituições de crédito na Região Metropolitana de Campinas (RMC)

A análise do que se chama atualmente na economia bancária de “canais de financiamento” já foi realizada por outros pesquisadores, com distintas abordagens, a partir de várias áreas do conhecimento. Dentre esses autores, podemos lembrar Milton Santos (2008 [1979]), que apresentou a teoria dos circuitos da economia urbana e suas formas de organização, tecnificação e capitalização — identificando, entre outros fenômenos, as formas de creditização de cada um dos circuitos da economia urbana. Mais recentemente, os estudos do IBGE (BRASIL, 2003) analisaram a chamada “economia informal urbana”, apresentando as diferentes formas de acesso ao crédito dessa parcela da população. Queiroz (2007), por seu turno, estudou o processo de tomada de decisão na aquisição de crédito e preferências entre alternativas de financiamento no varejo. Gasmuri (2007) observou a oferta de crédito para consumo imediato em redes de lojas comerciais. Por fim, vale destacar ainda que várias instituições públicas e privadas hoje disponibilizam estatísticas e documentos sobre o sistema financeiro brasileiro, como o Banco Central do Brasil (BCB) e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), que possibilitam o acesso a dados importantes para pesquisas como esta que apresentamos.

Para melhor compreender a creditização no território brasileiro é necessário

definir quais são os principais agentes (ou “sistemas de ação”) financeiros, e entender como se organizam atualmente (no Brasil e na RMC). Um primeiro processo que identifica o funcionamento do sistema bancário nacional é a expressiva concentração bancária brasileira, que se intensificou a partir de 1995 (MINELLA, 2001). Os bancos, por se utilizarem intensivamente de capital, tecnologia e formas extremamente sofisticadas de organização, podem ser considerados como exemplos típicos de agentes do “circuito superior da economia urbana”, como preconiza Milton Santos (2008 [1979]). Assim, pode-se dizer que o circuito superior é um grande responsável pela creditização do território, pois esse circuito abriga uma enorme diversidade de grandes agentes financeiros.

A creditização do território, porém, não depende estritamente dos bancos; ocorreram ainda novos tipos de arranjos organizacionais entre empresas financeiras bancárias e não-bancárias.

O Banco Central do Brasil (2007; 2014) considera instituições financeiras bancárias (aquelas com capacidade de criar moeda escritural): bancos comerciais; bancos múltiplos com carteira comercial; bancos comerciais/bancos comerciais cooperativos; e cooperativas de crédito.

As instituições financeiras não-bancárias são: bancos de investimento; bancos de desenvolvimento; agências de fomento; agências de desenvolvimento; sociedades de arrendamento mercantil (*leasing*); sociedades de crédito, financiamento e investimento (financeiras); sociedades de crédito ao microempreendedor; bancos múltiplos sem carteira comercial ou de crédito imobiliário; e companhias hipotecárias. Silveira (2009) destaca que há, também, grandes firmas que fundam e/ou controlam bancos e instituições financeiras. É o caso do acordo das Lojas Americanas e do grupo Santander; os acordos do grupo Leroy Merlin e do grupo Fininvest-Unibanco; além da *holding* Globex Utilidades S.A., que possui 50% das ações do Banco Investcred Unibanco S.A. e controla a rede de eletrodomésticos Ponto Frio. Esses arranjos organizacionais ocorridos em meados da década passada também contribuem para o processo de creditização mencionado.

Definidos esses aspectos mais gerais da ação de agentes financeiros concretos no território brasileiro, podemos nos perguntar: quais processos derivados dessas estruturas econômicas e geográficas maiores se materializam na Região Metropolitana de Campinas?

Procuramos destacar a variável “operações de crédito efetuadas”, para que tivéssemos uma ideia fidedigna (e circunstanciada) da evolução desse fenômeno na área em estudo. Destaca-se que, nos últimos anos, o valor total das operações de

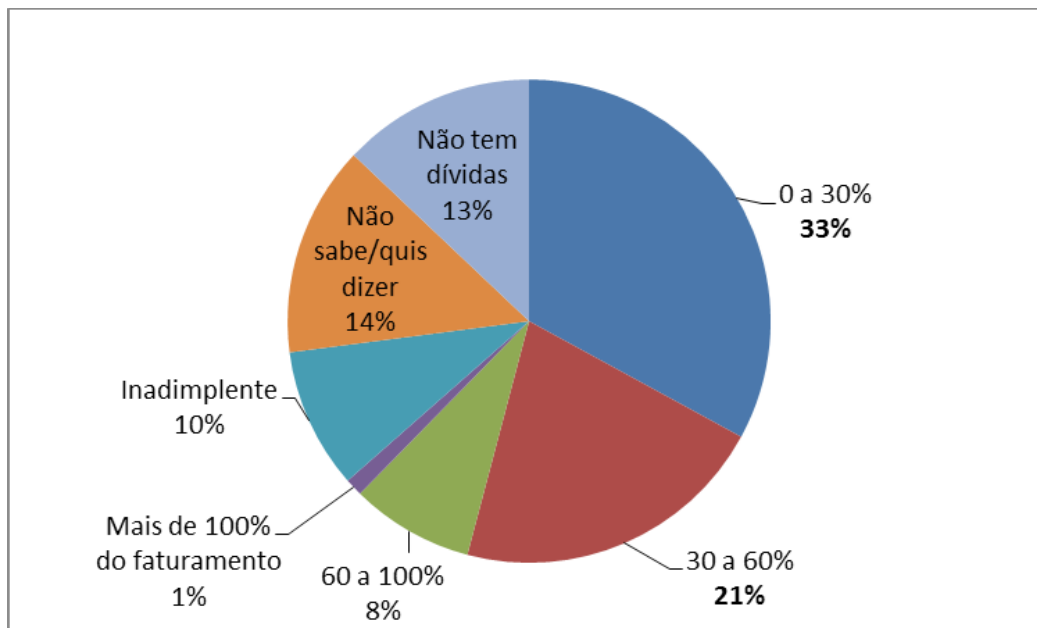
crédito na região teve um acréscimo de mais de 200% (BCB, 2012). Percebe-se, também pela evolução dessas operações, a polaridade exercida por Campinas nessa região metropolitana, com a movimentação de cerca de R\$ 15 bilhões em operações de crédito (BCB, 2012).

Ao analisar a creditização no circuito inferior da economia urbana, cabe destacar que decorrente do crescente acesso ao crédito há o expressivo endividamento da população urbana do território brasileiro. Ao analisar o desenvolvimento recente do circuito inferior da economia urbana nas metrópoles brasileiras, nos lembra Silveira (2009, p. 65) que nessas atividades existe

(...) uma oferta extraordinária de crédito de instituições financeiras bancárias e não-bancárias, redes, franquias e outlets de eletrodomésticos, roupas e materiais de construção. Uma profusão de formas de crédito pessoal favorece o aumento do consumo e, simultaneamente, o endividamento, a inadimplência e a insolvência.

Ao analisar a creditização deste circuito da economia, coube-nos observar, também, o endividamento dessa população (dada a correlação presente entre esses dois fenômenos, a creditização e o endividamento). Como se pode perceber no Gráfico 2, nossa pesquisa de campo apresentou — no que se refere ao nível de endividamento dos agentes do circuito inferior entrevistados — os seguintes dados: 33% deles têm de 0% a 30% da sua renda mensal comprometida com o pagamento de dívidas; 21% têm de 30% a 60%; 14% não sabem ou não quiseram dizer; 13% não têm dívidas; 10% estão em situação de inadimplência; 8% destinam de 60% a 100% do orçamento mensal ao pagamento de dívidas; e apenas 1% alega ter mais de 100% do faturamento comprometido com endividamento.

**Gráfico 2. Campinas: nível de endividamento dos agentes entrevistados (2012).**



Fonte: Silva (2012).

As formas disponíveis de acesso ao crédito aos agentes do circuito inferior têm se tornado cada vez mais complexas e diversificadas. Alguns instrumentos e produtos financeiros que eram, há pouco tempo, exclusivos para as camadas mais ricas da população, são cada vez mais presentes, também, no cotidiano das populações de baixa renda.

Ao analisar a ampliação do mercado de crédito, Silveira (2009) destaca a introdução de instrumentos financeiros sofisticados, tais como o crédito para a venda de bens de consumo (muitas vezes supérfluos), seguros pessoais, residenciais e odontológicos, bem como os empréstimos pessoais. No caso das instituições financeiras não-bancárias, elas se utilizam, também, da estratégia de horários mais estendidos e flexíveis do que os das instituições bancárias, visando a facilitar a aquisição de crédito e empréstimos pessoais. Esses empréstimos, em geral, servem para saldar dívidas anteriores, mas também para financiar bens e serviços (como automóveis, cartões de crédito, seguros etc.), como nos lembra Kauê Santos (2007). É importante ressaltar ainda que, em sua maioria, essas instituições financeiras instalam-se em lugares de grande circulação, principalmente nos centros antigos das cidades e nas proximidades de grandes vias expressas (SANTOS, 2008).

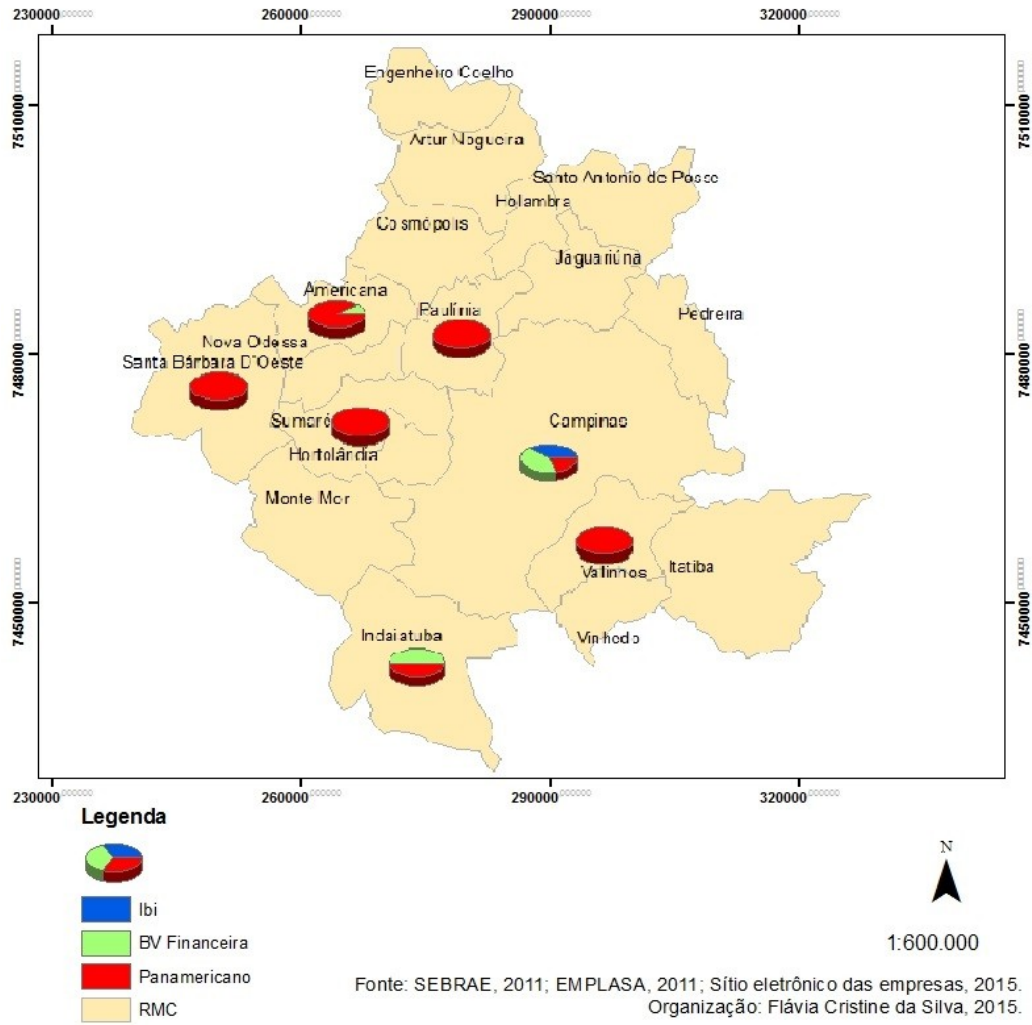
Para maior possibilidade de “drenagem de capital” e capacidade de intermediação financeira, as instituições financeiras constituem-se em: redes de agências bancárias; correspondentes bancários; caixas eletrônicos (ATMs); pontos de venda (POS – *Points Of Sale*); bancos pela *internet* (*internet banking*); *Wireless*

*Application Assistant (WAP)*; entre outros (CONTEL, 2007).

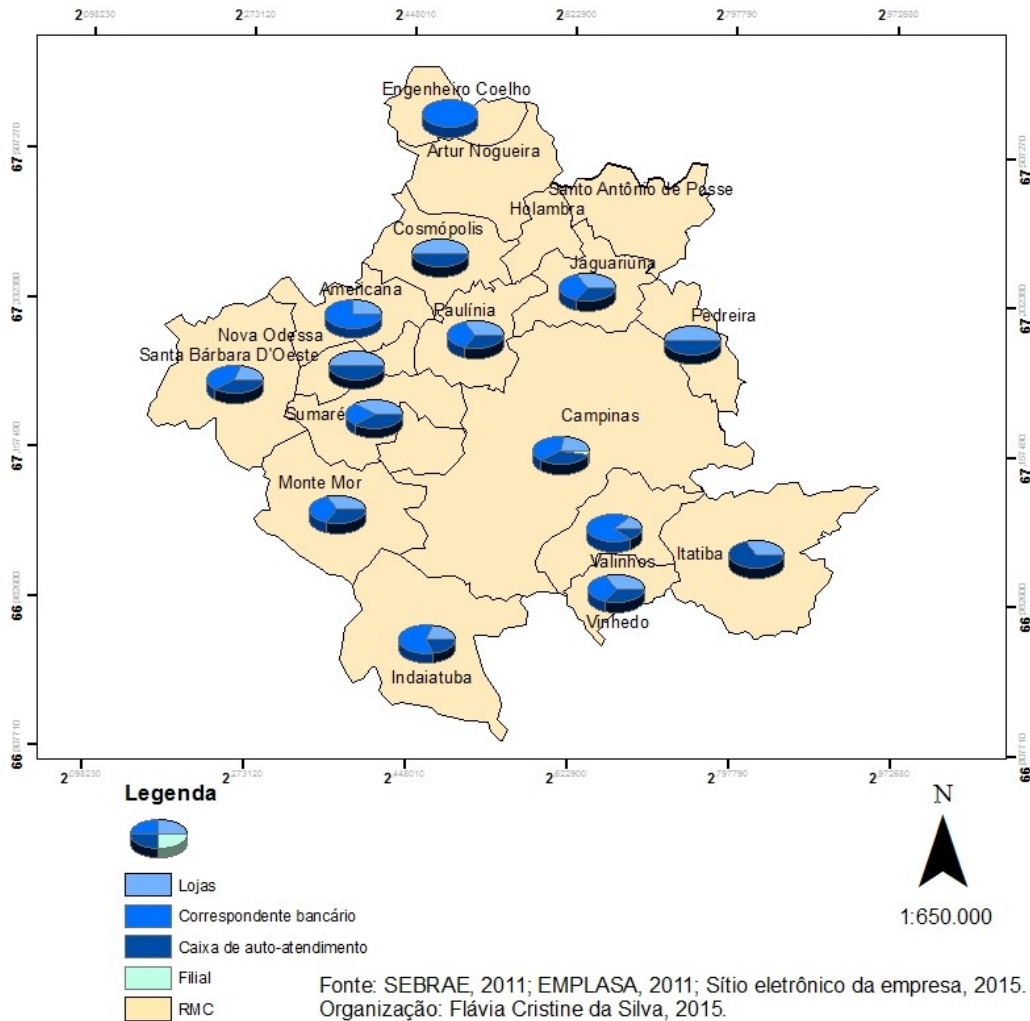
Os Mapas 2 e 3 expõem o número de lojas das principais instituições financeiras de financiamento varejista que estudamos, ilustrando, dessa forma, a “hipercapilaridade das finanças” que caracteriza a atual creditização do território (CONTEL, 2007). Vale ressaltar que muitas das empresas estudadas buscam essa hipercapilaridade por meio de inúmeras lojas de pequeno e médio porte que atuam como representantes, e que não estão inclusas nestes mapas.

O Mapa 2 apresenta as cidades em que atuavam algumas das principais financeiras da região (Ibi, BV Financeira e Panamericano); sua hipercapilaridade dá-se, principalmente, através de sua rede de lojas. Vale destacar a estratégia territorial da financeira Fininvest, que, após um processo de fusão, passou a fazer parte do Itaú Unibanco Múltiplo S.A., utilizando-se da hipercapilaridade financeira dos bancos Itaú e (do antigo) Unibanco para a realização de suas atividades. Observe-se, ainda, que apenas 7 municípios da região são servidos pelos fixos geográficos dessas financeiras.

Mapa 2. RMC: distribuição das lojas das financeiras (2015).



**Mapa 3. RMC: distribuição das lojas da financeira Losango (2015).**



No Mapa 3, destacamos separadamente a Losango, que se utiliza de maior hipercapilaridade como estratégia territorial: fazendo o uso de lojas bancárias (principalmente do Banco HSBC, grupo do qual faz parte), lojas próprias, correspondentes bancários e caixas de autoatendimento (ATMs) para a realização de suas atividades, estende de forma expressiva sua capacidade de atuação (observe-se que esta financeira está ausente em apenas 3 municípios da região).

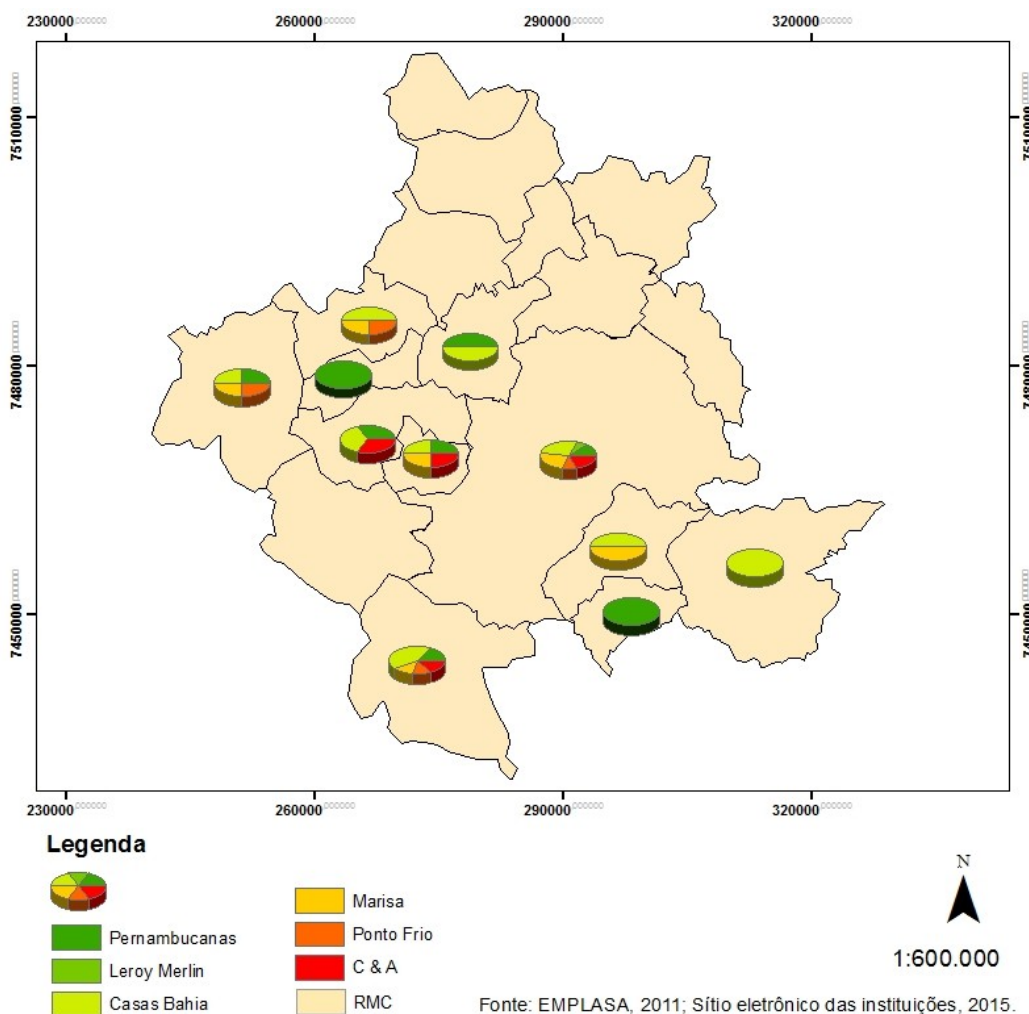
Além das chamadas “financeiras”, muitas lojas de departamento oferecem cartão de crédito, o que as transforma também em “instituições financeiras não-bancárias”. Como se dá essa “financeirização” das lojas de departamento? A principal maneira utilizada é através do estabelecimento de acordos com bancos ou financeiras (para possibilitar a confecção de cartões com a “bandeira” da própria loja). É importante destacar que não há uma relação direta entre a loja e o cartão de crédito e, sim, entre o consumidor e a empresa provedora de crédito, sendo o

contrato de adesão o principal fator de relação entre as lojas e os consumidores. Assim, a loja não assume os riscos financeiros derivados das operações contratadas (principalmente o risco de inadimplência dos clientes).

Ao adquirir os cartões de crédito dessas instituições não-bancárias há a possibilidade de aderir, ainda, aos chamados “contratos acessórios”, que oferecem serviços “diferenciados” aos clientes, variando de acordo com cada estabelecimento, podendo ser desde seguro-desemprego ou seguro de perda do cartão ou roubo, até efetuar pagamentos diversos e saques em dinheiro (GASMURI, 2007).

O Mapa 4 ilustra a distribuição de algumas dessas firmas originalmente “comerciais” (como as “lojas de departamento”), mas que utilizam crescentemente o mecanismo de financiamento das vendas, e que estão presentes na Região Metropolitana de Campinas.

**Mapa 4. RMC: distribuição de grandes lojas de varejo que se utilizam de financeiras não bancárias (2015).**





Dentre as empresas analisadas, há o predomínio da atuação das Casas Bahia, seguida pela Pernambucanas e pela Ponto Frio. Mais uma vez, a polaridade da cidade de Campinas na região metropolitana é destacada, pois este município concentra a maior quantidade de todas as empresas analisadas. Indaiatuba e Santa Bárbara D'Oeste também se destacam nessa análise, sendo apenas a Leroy Merlin ausente nesses municípios.

É interessante observar que essa difusão do crédito no território só é possível a partir da existência de uma complexa rede de sistemas técnicos informacionais, caracterizada por “um sistema flexível, auto-regulado, de máquinas polifuncionais, utilizando meios de comunicação materiais e imateriais (informacionais), descentralizados e interativos (telemática de rede)”; a matéria-prima dessa rede é a informação (Santos, 2009 [1996], p. 177).

A creditização do território, a dispersão de uma produção altamente produtiva, não seriam possíveis sem a informatização do espaço brasileiro. O território é hoje possível de ser usado através do conhecimento simultâneo das ações empreendidas nos diversos lugares, por mais distantes que eles estejam. Isso permite, também, a implantação de sistemas de cooperação bem mais largos, amplos, profundos, agora associados mais estreitamente a motores econômicos de ordem não apenas nacional, mas também internacional (SANTOS, 2008 [2005], p. 124).

A partir disso, verificamos que os principais objetos técnicos utilizados pelas empresas analisadas para viabilizar suas ações são o próprio cartão de crédito, assim como os terminais de compra e venda (POS) — que permitem a utilização dos cartões<sup>6</sup>. A importância desses sistemas técnicos é destacada também por Hori (2003), que analisou a segurança da informação em transações de cartão de crédito no Brasil. Coelho (2007) também resgatou a importância da história dos cartões de crédito no mundo e no Brasil.

Feita essa contextualização sobre a “creditização do território” em seus moldes mais gerais — e em relação a aspectos de sua ocorrência na RMC —, podemos nos perguntar: quais as principais formas de creditização das áreas e dos agentes do circuito inferior cotejados por nosso estudo? Como a financeirização atinge as atividades do circuito inferior da economia urbana em Campinas?

Segundo as informações levantadas através de trabalho de campo, na

---

6 POS (*Point of Sale* ou *Point of Service*) ou PDV (Ponto-de-Venda) refere-se às máquinas de pagamento de cartões de crédito/débito, sistemas que contabilizam a venda. O POS utiliza uma linha telefônica ou conexão GPRS para comunicação, e os cupons das vendas são impressos pelo próprio POS; dependendo do tipo de equipamento utilizado na transação, não é necessário o uso de um computador ou de automação comercial (HORI, 2003).

totalidade das quatro áreas estudadas, 12% dos agentes do circuito inferior possuíam cartão de crédito, sendo que 52% deles aceitavam o pagamento em cartão de crédito ou débito. Em média, os agentes da Rua 13 de Maio começaram a trabalhar com os terminais a partir do ano de 2003; os do distrito de Barão Geraldo, a partir de 2006; os do Centro Popular de Compras a partir de 2008; e os do Conjunto Habitacional Vida Nova a partir de 2009. As vantagens levantadas em relação à utilização desse objeto técnico seriam a “segurança” (pois diminui o dinheiro em caixa — pensando em casos de roubo ao estabelecimento), a “facilidade ao cliente” e o “aumento no volume de vendas”, pois o cliente antecipa a decisão de compra. Entretanto, dentre as desvantagens, é quase unânime a lembrança da cobrança de taxas exorbitantes por parte das empresas operadoras de cartão de crédito, que para muitos agentes representa um compromisso de gastos mensal muito grande, acima de suas possibilidades.

É interessante observar ainda que 48% dos agentes que compuseram nosso universo social de análise não aceitam como forma de pagamento o cartão de crédito/débito. Quando questionados se têm interesse em oferecer essa opção, 66% não pretendiam aderir a esse sistema técnico, devido ao pouco volume de vendas que esse mecanismo impulsiona, ou às taxas elevadas dos serviços que são cobradas (que comprometeriam a renda e o orçamento dos agentes). Já 34% dos agentes pretendem oferecer essa forma de pagamento, identificando os seguintes aspectos positivos nesse uso: “facilidade ao cliente”, “aumento das vendas” e “facilidade de recebimento” (principalmente àqueles que “vendem fiado”).

Com a crescente utilização do cartão de crédito/débito, sobretudo junto aos agentes do circuito inferior da economia urbana em Campinas, surgiu também a preocupação de identificarmos a dinâmica das formas mais “antigas” de pagamento, como por exemplo, o uso dos cheques entre os agentes do circuito inferior.

De maneira mais geral, o cheque não desaparece quando analisamos as atividades do circuito inferior da economia urbana. Também nos aspectos da economia brasileira como um todo, Brusky e Fortuna (2002) — ao analisarem as chamadas “microfinanças” no Brasil —, atribuem à troca de cheque uma das principais formas de acesso ao crédito em dinheiro, e veem o cheque pré-datado como uma forma de concessão de crédito parcelado.

Segundo o Diagnóstico do Sistema de Pagamentos de Varejo do Brasil, publicado pelo Banco Central do Brasil (BCB, 2005), o cheque era o instrumento de pagamento mais utilizado no país em meados da década passada; no entanto, vem perdendo espaço para outros meios de pagamento (QUEIROZ, 2007). Segundo os

dados gerados pelo Banco Central do Brasil, a quantidade das operações com cheques em 2013 foi em torno de 1,7 bilhão de transações (BCB, 2014).

Brusky e Fortuna (2002) também chamam a atenção para o fato de que parte significativa dos microempreendedores hoje no Brasil evita o uso dos cartões de crédito, cheques pré-datados e de cheques especiais, principalmente pelos seguintes motivos:

Pelos temores de não conseguirem ter os recursos suficientes para cobri-los, nas datas de vencimento. O temor é ainda maior pelas dificuldades de renegociação de prazos. Os cheques são depositados nas datas previstas e se não houver fundos na conta são devolvidos, o que acarreta multas, descrédito junto ao vendedor e possibilita o encerramento da conta bancária. Há ainda o medo de que o cheque seja depositado antes da data prevista, podendo causar esses mesmos problemas (BRUSKY; FORTUNA, 2002, p. 21).

Montenegro (2011) também analisa o cheque como forma de antecipação de crédito. No entanto, a autora ressalta que, se por um lado este recurso apresenta-se como uma alternativa para os agentes do circuito inferior, por outro, revela-se também como um aumento das possibilidades de endividamento deles.

Dentre os agentes do circuito inferior abordados por nossa pesquisa na cidade de Campinas, apenas 14% trabalham com cheques, sendo que 4% utilizam com frequência o limite de crédito do cheque especial, principalmente como forma de serem conseguidos recursos em momentos de dificuldade financeira. Apenas 8% dos agentes abordados nesta pesquisa aceitam cheque como forma de pagamento, principalmente devido aos riscos de receberem cheques “sem fundo”. Apenas os agentes do distrito de Barão Geraldo aceitam essa forma de pagamento com grande frequência (72% deles), porém permitindo a utilização desse instrumento somente por parte daqueles clientes em quem têm confiança; o critério da “confiança” para o aceite dos cheques assemelha-se bastante com aqueles utilizados pelos comerciantes que praticam o “fiado”, dados os riscos financeiros que também envolvem essa forma de crédito.

### Considerações finais

Este artigo contribui para a abordagem das finanças a partir de uma região metropolitana, pois revela como os agentes do circuito inferior da economia urbana se desenvolvem no atual período.

Ao estudar o circuito inferior da economia urbana no município de Campinas pudemos perceber, como afirma Santos (2008 [1979]), que esse circuito ao mesmo tempo permite a sobrevivência dos pobres como também é um elemento de perpetuação da pobreza nas cidades, já que as empresas do circuito superior têm

cada vez mais instrumentos técnicos e organizacionais para drenar a renda e a riqueza geradas no circuito inferior. Pode-se também dizer que essa pobreza é “perpetuada”, uma vez que há uma ideologia na qual “ser patrão de si mesmo” é algo a ser almejado e tido como uma conquista; no entanto, em todos os casos entrevistados, os empreendedores acabam se impondo jornadas de trabalho desgastantes e “mal remuneradas” (pois esses indivíduos chegam a trabalhar até 12 horas por dia, 7 dias por semana). Vale lembrar ainda que a criação de “necessidades” típica de nossa atual “sociedade do consumo” — e que em grande parte é viabilizada pelas empresas do circuito superior da economia — faz com que, concomitantemente ao aumento da renda, haja o aumento das despesas mensais para suprir tais “necessidades” (muitas vezes fomentadas por poderosas campanhas de *marketing*, pela moda e pela publicidade) (SANTOS, 2008 [1979]).

Em relação ao processo de creditização do circuito inferior da economia urbana, podemos dizer ainda que a difusão de novos sistemas técnicos, e o crescente acesso às mais variadas formas de crédito (e demais produtos financeiros) têm possibilitado o aumento do endividamento da população e, conseqüentemente, a elevação do número de inadimplentes na população urbana de mais baixa renda. Dada essa crescente impossibilidade de arcar com tantos compromissos financeiros, os agentes do circuito inferior das áreas centrais estudadas aceitam cada vez menos o fiado como forma de pagamento, substituindo-o pela utilização do cartão de crédito. Essa substituição se dá sobretudo em função da crença difundida entre os agentes em relação à diminuição do risco de inadimplência trazida pela utilização desses complexos sistemas técnicos contemporâneos. Nas áreas residenciais, entretanto, a utilização do cartão de crédito como forma de pagamento apresenta-se muito mais como uma “despesa” no balanço mensal dos agentes (como ficou claro a partir das entrevistas realizadas no Conjunto Habitacional Vida Nova e no distrito de Barão Geraldo), do que como fonte de “receita”.

Este estudo permitiu-nos entender o papel do ambiente construído (*built environment*) na localização dos eventos atuais, e como ele interfere na dinâmica da divisão social do trabalho, pois esta “não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas” (SANTOS, 2009 [1996], p. 117). Ainda que os vetores e as ordens oriundos dos grandes bancos e instituições financeiras cheguem aos lugares alimentados pela redução de custos de movimentação, pela onda de liberalização comercial e pelo aumento considerável dos fluxos internacionais de investimento direto, essas ordens nunca são completamente realizadas, dada a “força” dos lugares (essa força dos arranjos locais de técnicas, culturas, formas de produzir, formas de sociabilidade etc.) (SANTOS, 2009 [1996]). Essa força dos lugares, quiçá,

poderá ser a base para a criação de outras formas de uso das finanças por parte dos agentes do circuito inferior da economia urbana.

## Referências

- AMADO, Adriana Moreira. Impactos regionais do processo de reestruturação bancária no início dos anos 1990. In: CROCCO, Marco; JAYME JR., Frederico (orgs.). *Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006, p. 147-168.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Diagnóstico do Sistema de Pagamentos de Varejo do Brasil*. Brasília: Departamento de Operações Bancárias e de Sistemas de Pagamento, maio 2005.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL: *Como funciona o Sistema Financeiro Nacional (SFN)*. Brasília: Programa de Educação Financeira, abr. 2007.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Centralizadora da compensação de cheques - Compe, 2012*. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pom/spb/estatistica/port/tabela\\_pais.asp](http://www.bcb.gov.br/pom/spb/estatistica/port/tabela_pais.asp)>.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL: *Como funciona o Sistema Financeiro Nacional (SFN)*. Brasília: Departamento de Normas do Sistema Financeiro – Denor, abr. 2014.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Pagamentos de Varejo e Canais de Atendimento*. Brasília: Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos – Deban, abr. 2014.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. *Economia Informal Urbana*. Rio de Janeiro: 2003.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 400-438.
- BRUSKY, Bonnie; FORTUNA, João Paulo. *Entendendo a demanda para as micro finanças no Brasil: um estudo qualitativo em duas cidades*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A.(coords.). *A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. (v. 1 e 2).
- CHESNAIS, François (ed.). *A Mundialização Financeira*. Gênese, Custos e Riscos. São Paulo: Xamã, 1998.
- COELHO, Marcelo Gonzales. *Estratégia de Integração Vertical no Mercado de Cartões Private Label*. São Paulo: Ibme São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://tede.ibmecsp.edu.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=30](http://tede.ibmecsp.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=30)>.
- CONTEL, Fabio Betioli. *Território e finanças: Técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FEBRABAN. *Evolução do Crédito do Sistema Financeiro (com base na Nota do Banco Central do Brasil de 26-03-2009)*. Edição de 31 de março de 2009. Disponível em: <[http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF710aSDf9jyV/sitefebraban/20090326%20Relatorio%20FEBRABAN%20Evolucao%20do%20Credito\\_final.pdf](http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF710aSDf9jyV/sitefebraban/20090326%20Relatorio%20FEBRABAN%20Evolucao%20do%20Credito_final.pdf)>.
- GASMURI, Iñigo de la Maza. ¿Llegar y llevar? Un mirada al crédito de las casas comerciales. *Revista de Derecho*, Santiago de Chile, v. XX, n. 1, p. 61-84, jul. 2007.
- GRIMM, Flávia. *Trajectoria epistemológica de Milton Santos*. Uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- HORI, André Shiguero. *Modelo de gestão de risco em segurança da informação: um estudo de caso no mercado brasileiro de cartões de crédito*. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/dspace/handle/10438/2216>>.
- JACOB, Claudio Avanian. *Crédito bancário no Brasil: uma interpretação heterodoxa*. 2003. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

- LÊNIN, Vladimir. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo* [1917]. Trad. Plínio Beckman. São Paulo: Global, 1979.
- LIRA, Francisco Roberto Fuentes Tavares de. Efeitos da “financeirização” sobre a economia brasileira. *Vitrine da Conjuntura*, Curitiba, v. 1, n. 9, dez. 2008.
- MINELLA, Ary. Reforçando a hegemonia financeira privada: a privatização financeira dos bancos estaduais. In: ALVIM, Valdir; FERREIRA, Alceu (orgs.). *A trama da privatização: A reestruturação neoliberal do Estado*. Florianópolis: Insular, 2001, p. 49-72.
- MONTENEGRO, Marina. Regitz. *O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- QUEIROGA, Eugênio Fernandes. A metrópole de Campinas diante da Megalópole do Sudeste do Brasil: um olhar dialético espacial. In: SOUZA, Maria Adélia Ap. de (org.). *A metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas*. Campinas: Edições Territorial, 2008.
- QUEIROZ, Renata S. B. de. *Processo de tomada de decisão na aquisição de crédito e preferências entre alternativas de financiamento no varejo*. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SANTOS, Antonio da Costa. *Campinas, das Origens ao Futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- SANTOS, Kauê Lopes dos. *Uma financeirização da pobreza: o sistema financeiro e sua capilaridade no circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo*. 2007. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: Edusp, [1979] 2008.
- \_\_\_\_\_. *Da totalidade ao lugar*. 1. ed., 1. reimpr. São Paulo: Edusp, [2005] 2008.
- \_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed., 5. reimpr. São Paulo: Edusp, [1996] 2009.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra Globalização: do Pensamento Único a Uma Consciência Universal*. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, Flávia Cristine da. *O circuito inferior da economia urbana em Campinas/SP: análise sobre a mobilidade espacial e o acesso ao crédito*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SILVA NETO, Manuel Lemes da. Campinas em dois tempos: fato metropolitano e desigualdades da metropolização globalitária em São Paulo. In: SOUZA, Maria Adélia Ap. de (org.). *A metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas*. Campinas: Edições Territorial, 2008.
- SILVEIRA, María Laura. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. *Cuadernos del Cendes*, Caracas, v. 21, n. 57, sep./dic. 2004.
- \_\_\_\_\_. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 12. *Anais...* Florianópolis, 2007a.
- \_\_\_\_\_. Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana. *Revista Eure*, Santiago de Chile, v. XXXIII, n. 100, p. 149-164, dic. 2007b.
- \_\_\_\_\_. Globalización y territorio usado: imperativos y solidaridades. *Cuadernos del Cendes*, v. 25, p. 1-19, 2008.
- \_\_\_\_\_. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. *Caderno CRH: Salvador*, v. 22, n. 55, p. 16-65, jan./abr. 2009.
- \_\_\_\_\_. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana. In: PEREIRA, Elson Manoel; DIAS, Leila Christina Duarte. (orgs.). *As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro*. Florianópolis: Insular, v. 1, p. 62-82, 2011a.

\_\_\_\_. Urbanización latinoamericana y circuitos de la economía urbana. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, p. 1-17, 2011b.

TEIXEIRA, Natermes Guimarães. *Origens do sistema financeiro multibancário brasileiro: Das reformas dos anos 60 à crise dos anos 80*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2000.

Agradecimentos à **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)** pelo financiamento da pesquisa.

### Sobre a autora

*Flávia Cristine da Silva*: mestra em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) (2012) e graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente (2008).

\* \* \*

#### ABSTRACT

### The credition of the territory and the lower circuit of urban economy at the Metropolitan Region of Campinas

This article analyzes the form to access credit in the lower circuit of urban economy, with particular emphasis in the operation of this circuit at the Metropolitan Region of Campinas. Considering general characteristics on the current historical period and the logic of the geographical situation at Campinas city, it was possible to build an interpretative scheme to help us to understand the most popular forms of organization of urban economy in the biggest cities of the territory. We mainly seek to analyze the diffusion of new forms of access to credit at the Metropolitan Region of Campinas, with an emphasis in bank credit and non-bank credit, the usage of credit cards and the usage of checks.

**KEYWORDS:** theory of the circuits of urban economy, lower circuit of urban economy, financialization, credit, Metropolitan Region of Campinas.

#### RESUMEN

### La creditización del territorio y el circuito inferior de la economía urbana en la Región Metropolitana de Campinas

Este artículo analiza las formas recientes de acceso al crédito disponibles en el llamado circuito inferior de la economía urbana, con un especial hincapié al funcionamiento de este circuito en la Región Metropolitana de Campinas, a partir de un análisis que busca destacar las características más generales de nuestro período y también la lógica de funcionamiento de esta situación geográfica en la ciudad de Campinas. Por eso, fue posible construir un esquema de interpretación que ayuda a comprender las formas más populares de organización de la economía urbana en las mayores ciudades del territorio. Buscamos analizar la difusión de las nuevas formas de acceso al crédito en la Región Metropolitana de Campinas, haciendo hincapié a la expansión del crédito bancario y no bancario, al uso de tarjetas de crédito y a la utilización de cheques.

**PALABRAS CLAVE:** teoría de los circuitos de la economía urbana, circuito inferior de la economía urbanac financierización, crédito, Región Metropolitana de Campinas.